

ALUNOS PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZEM AS CRIANÇAS?

Nilziane Costa Marvila*
Valquiria Costa Marvila Silva**
Larissa Costa Marvila***
Isabel Matos Nunes****

Eixo: Propostas curriculares e práticas pedagógicas
Pôster de Pesquisa

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo verificar os aspectos de interação social de crianças na educação infantil, quando inseridas em ambientes inclusivos. Escolhemos uma sala de aula com a presença de um aluno público da educação especial, com intuito de verificar o relacionamento deste com os demais educandos e qual a concepção dos alunos sobre a inclusão escolar, entrevistamos 5 alunos e foram feitas 5 perguntas sobre o convívio destes em sala de aula. Os resultados encontrados foram que o processo de inclusão é aceito naturalmente entre as crianças, a sala de aula possui um papel importantíssimo, pois é um ambiente inclusivo e fundamental na manifestação da diversidade, o desafio da escola hoje é trabalhar com essa diversidade e eliminar o caráter segregacionista.

Palavras-chaves: Inclusão. Interação. Educação Infantil.

Introdução

Os estudos sobre os processos de escolarização de crianças com deficiência no Brasil vêm crescendo nos últimos anos, paralelamente ao crescente avanço da legislação brasileira. Nesse bojo, as pesquisadoras em questão, tem a temática

* Licenciatura em Ciências Biológicas. Mestranda em gestão social, educação e desenvolvimento regional. Faculdade Vale do Cricaré. E-mail: nilzianecosta19@hotmail.com.

** Licenciatura em Pedagogia. Especialista em educação inclusiva e diversidade; gestão escolar com ênfase em orientação, supervisão, inspeção e administração; educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Mestranda em gestão social, educação e desenvolvimento regional. Faculdade Vale do Cricaré. E-mail: valquiriamarvila@hotmail.com.

*** Licenciada em Pedagogia. Especialista em educação inclusiva; gestão escolar com ênfase em orientação, supervisão, inspeção e administração; educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Mestranda em gestão social, educação e desenvolvimento regional. Faculdade Vale do Cricaré. E-mail: larissa.costa.marvila@gmail.com.

**** Professora Orientadora da Faculdade Vale do Cricaré, Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo; professora titular da universidade Federal do Espírito Santo, campus Ceunes - São Mateus-ES. E-mail: bel_mnunes@hotmail.com.

educação especial como foco de estudo e a educação infantil permeia as experiências e vivências das autoras.

No presente texto, toma-se a educação especial como a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996), e a educação infantil como a primeira etapa da Educação Básica, dada pela Lei nº 12.796/2013, que altera a LDB n. 9394/96, a qual preceitua que as crianças com 4 anos devem ser matriculadas na Educação Infantil.

O presente estudo busca desvendar a concepção de inclusão dos alunos da educação infantil, a partir de observações sobre as interações em uma sala de aula. Para tanto, realizamos uma pesquisa com uma turma de alunos escolhemos uma sala na qual tem a matrícula de um aluno público da educação especial.

Trabalhar este tema nesta fase é de suma importância, pois a criança aprende a respeitar e não discriminar, gerando mudanças de comportamento, além dos processos conceituais e atitudinais que levarão por toda a vida, a escola deve desenvolver nos alunos atitudes positivas frente ao processo de inclusão de alunos com deficiências, principalmente no contexto sala de aula.

O presente texto está organizado apresentando brevemente o panorama da legislação, no que tange à educação inclusiva, no Brasil, e em seguida, apresenta e discute os dados.

Panorama da Legislação Inclusiva

A educação especial no Brasil teve seu pioneirismo na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854,

atual Instituto Benjamin Constant – IBC, no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi - 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e; em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff, Segundo a Política Nacional (2008).

A Declaração de Salamanca (1994) parte no princípio que as escolas devem acolher todas as crianças, incluindo crianças com deficiências, superdotadas, baixas condições sociais e grupos desfavorecidos, atendendo às necessidades de cada um e considerando suas diversidades.

Em 1988 a Constituição Federal trouxe como um de seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). A inclusão de crianças com deficiência no sistema educacional brasileiro teve início com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e com a divulgação da Declaração de Salamanca (1994).

O conceito de educação infantil como direito social é recente, constituiu com a luta dos movimentos sociais no final da década de 1980 e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que garante o direito de educação para todos e o acesso de todas as crianças nas creches e pré-escolas, sendo dever do Estado e opção da família.

A inclusão ganhou reforços com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e com a Convenção da Guatemala, de 2001, que proíbem qualquer tipo de diferenciação, de exclusão ou de restrição baseadas na deficiência das pessoas.

A Declaração de Salamanca ressalta que a educação de crianças com necessidades educacionais especiais deve ser tarefa partilhada por pais e profissionais.

Em 2007, no contexto com o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, reafirmado pela Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência, tendo como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento educacional especializado.

Em 2008 a Política Nacional concluiu a formulação de política com enfoque inclusivo, isso significa a maior convivência de alunos especiais na escola regular, contrapondo tradicionalmente a Educação Especial que se organizava como atendimento educacional especializado que levaram a criação de instituições especializadas, escolas e classes especiais e na intenção de substituir o ensino comum.

A trajetória em busca de uma educação inclusiva foi marcada por leis que objetivaram o amparo, o cuidado, a educação as pessoas com necessidades especiais, demonstrando que é possível viver com a diversidade, aceitando as heterogeneidades e vivendo em uma sociedade harmônica.

Escola e sala de aula: ambientes inclusivos

A escola é um ambiente capaz de formar indivíduos conscientes acerca da diversidade e convivência com as diferenças, o preconceito, a discriminação, a

estigmatização são comportamentos aprendidos pela criança no convívio com adultos.

Ao entrar no espaço escolar, a criança pequena aprende a valorizar o próximo e suas diferenças, o contato com crianças de necessidades especiais estabeleça relações de percepção capazes de levar às mudanças conceituais necessárias, a convivência desde a educação infantil provoca a formação de novas gerações com concepções sem preconceitos sobre o outro.

Considerando a proposta de educação inclusiva, a organização da escola deve começar pela educação infantil por ser esta, conforme prescrito na lei, a primeira etapa da educação.

Segundo Mendes (2010, p. 47-48),

Os primeiros anos de vida de uma criança têm sido considerados cada vez mais importantes. Os três primeiros anos, por exemplo, são críticos para o desenvolvimento da inteligência, da personalidade, da linguagem, da socialização, etc. A aceleração do desenvolvimento cerebral durante o primeiro ano de vida é mais rápida e mais extensiva do que qualquer outra etapa da vida, sendo que o tamanho do cérebro praticamente triplica neste período. Entretanto, o desenvolvimento do cérebro é muito mais vulnerável nessa etapa e pode ser afetado por fatores nutricionais, pela qualidade da interação, do cuidado e da estimulação proporcionada à criança.

A sala de aula é um ambiente propício para o desenvolvimento, criando condições para o aluno de necessidades especiais se aproprie da cultura e da interação com outras crianças, antigamente havia distinção entre a educação de crianças com necessidades especiais, Vygotsky defendia uma escola que se abstivesse de isolar essas crianças e, em vez disso, integrasse-as tanto quanto possível na sociedade. As crianças deveriam receber a oportunidade de viver junto com pessoas normais (VAN DER VEER; VALSINER, 1994, p. 75).

O processo educativo baseado na exclusão de reter, separar não se justifica, por que a interação possibilita as trocas de saberes e vivências na vida do educando,

a escola deve envolver todos seus atores, proporcionando a experiência do conhecer.

Conforme Arroyo (1998, p. 41)

[...] nada justifica, nos processos educativos, reter, separar crianças, adolescentes ou jovens de seus pares de ciclo de formação, entre outras razões, porque eles aprendem não apenas na interação com os professores-adultos, mas nas interações entre si. Os aprendizes se ajudam uns aos outros a aprender, trocando saberes, vivências, significados, culturas.

Segundo Cury (2005) afirma que as estratégias de proposta de inclusão são as rodas de conversa, em que os alunos têm a chance de conversar um com o outro sobre suas dificuldades de convivência, e isso é importante, pois gera uma naturalidade maior para lidar com a diferença.

Segundo Aquino (1998, p. 63-64),

A heterogeneidade característica presente em qualquer grupo humano, passa a ser vista como fator imprescindível para as interações na sala de aula. Os diferentes ritmos, comportamentos, experiências, trajetórias pessoais, contextos familiares, valores e níveis de conhecimento de cada criança (e do professor) imprimem ao cotidiano escolar a possibilidade de troca de repertórios, de visões de mundo, confrontos, ajuda mútua e conseqüente ampliação das capacidades individuais.

Vygotsky (1994) sustentava a necessidade da não-separação de crianças com e sem deficiência durante o processo educacional para que não fosse criada uma educação direcionada apenas às crianças deficientes, o que segundo ele, imobilizaria o processo de desenvolvimento de sua condição orgânica.

A escola deve amparar esses alunos, o projeto político pedagógico deve estar claro o compromisso da escola com o êxito no processo de ensino e aprendizagem, com o provimento de recursos pedagógicos especiais necessários, apoio aos programas educativos e capacitação de recursos humanos para atender às demandas desses alunos (BRASIL, 2001a).

A escola e a sala de aula são ambientes promotores da inclusão e tem o dever de disseminar a prática inclusiva entre seus alunos, principalmente na educação infantil em que a personalidade ainda está sendo formada, a escola é responsável pela conscientização e mudanças de opiniões.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória e de natureza qualitativa que foi realizada na escola municipal de Presidente Kennedy e tem por objetivos desvendar a concepção de inclusão dos alunos da educação infantil, a partir de observações sobre as interações em uma sala de aula. Para tanto, realizamos uma pesquisa com uma turma de alunos escolhemos uma sala na qual tem a matrícula de um aluno público da educação especial.

Foram realizadas entrevista com 5 alunos da educação infantil e um roteiro de questões orientadoras para a entrevista que focalizou se as crianças estão interagindo com o educando público da educação especial, a fim de obter resultados sobre a concepção de cada criança acerca da educação inclusiva dentro de sala de aula e o seu relacionamento com o aluno público da educação especial.

As perguntas do questionário abrangeu o seguinte conceito, qual a diferença do aluno público da educação especial, para cada criança e o porquê desta distinção; se as crianças gostam de brincar com este educando; se ele é considerado amigo de cada criança e se os colegas os ajudam quando ele necessita.

Segundo (VYGOSTKY, 1991) é na interação com o outro que o indivíduo aprende e se desenvolve, o contato com o diferente faz com que as crianças aprendam a respeitar as diferenças, a inclusão é um desafio e deve ser discutido desde as séries iniciais, pois é no ambiente escolar que essas relações se intensifica.

O papel da escola é fundamental para que a inclusão aconteça, pois é um ambiente que proporciona a convivência na heterogeneidade, as crianças aprendem, desde cedo, a não discriminar e dissemina-la na educação infantil é promover uma sociedade mais justa e sem preconceitos.

Resultados e discussões

A pesquisa proporcionou identificar a concepção de cada criança acerca da educação inclusiva dentro de sala de aula e o seu relacionamento com o aluno público da educação especial, segundo Stainback e Stainback (1999, p.23), as crianças “aprendem a ser sensíveis, a compreender, a respeitar e a crescer confortavelmente com as diferenças e as semelhanças individuais entre seus pares”. Através da interação a criança passa a progredir e ter autonomia, pois esta relação é estimulante para a sua construção e prática social.

Observamos que os alunos demonstraram companheirismo em relação ao aluno público da educação especial, todos se consideraram amigo, altruístas e solidários, demonstrando que a inclusão dentro de sala está ocorrendo de forma significativa.

“Ele é meu amigo, quando ele precisa de ajuda no dever, eu ajudo ele”
(Aluno 1).

“Eu gosto muito dele, sempre divido meu lanche com ele “ (aluno 2).

“Brinco com ele de pique- pega, ele é muito legal ” (Aluno 3).

“Ele é meu coleguinha, que sempre senta do meu lado na sala” (Aluno 4).

“ No recreio, brinco de jogar bola com ele” (Aluno 5).

A convivência e as amizades desestrutura o estigma de discriminação e do preconceito, por isto a importância de alunos públicos da educação Especial estarem no mesmo ambiente de sala de aula com outras crianças, isto faz com

que estas crianças conquistem valores e espaços necessários às novas experiências na construção da própria identidade.

A educação inclusiva é um grande desafio que requer o reconhecimento do outro, considerando suas necessidades específicas e diferenças culturais e sociais, no âmbito da educação infantil respeitar essas diferenças é formar futuros cidadãos conscientes.

Considerações Finais

O processo de inclusão dentro de sala de aula está em pleno desenvolvimento, estamos vivendo em uma sociedade que se torna cada vez mais inclusiva.

Segundo CORRÊA 2010:

Na concepção de escola para “Todos” o propósito da educação inclusiva é garantir que todos os alunos aprendam juntos no ensino regular, respeitando a diversidade independente de raça, gênero, sexo, classe ou necessidades educacionais especiais.

O termo inclusão refere-se a valorização e ao respeito a pessoa humana, independente de sua raça, situação econômica e cultural, buscamos alcançar construir e contribuir para a obtenção de ambientes, processos, relações e atitudes cada vez mais adequados às necessidades e aos direitos, não se trata apenas de todos frequentarem a mesma escola, mas sim as mesma sala de aula, todos os alunos juntos, independente de suas necessidades ou particularidades, pois seu principal objetivo é fazer com que todas as pessoas com deficiência alcancem a independência, a autonomia e a responsabilidade, criando condições e possibilidades para que tenham suas singularidades respeitadas.

Com base nesta concepção o presente estudo atingiu o objetivo proposto, através da entrevista observou-se que a inclusão está sendo inserida na sala de

aula de forma significativa, espontânea e sem distinção por parte dos alunos da educação infantil.

Demonstrou que a sala de aula é um ambiente incluso e fundamental na manifestação da diversidade e o desafio da escola hoje é trabalhar com essa diversidade e eliminar o caráter segregacionista, neste sentido o Referencial Curricular para a educação infantil norteiam novas práticas pedagógicas favorecendo a inclusão na primeira etapa da educação, o Ministério da Educação também propaga a educação inclusiva e tem realizado diversas ações que priorizam o atendimento educacional especializado, criando condições e proporcionando a participação e aprendizagem nas escolas de ensino regular, os investimentos são necessários, pois as escolas devem estar devidamente adaptadas, possibilitando autonomia e acessibilidade destes educandos no ambiente escolar, nossas crianças são os futuros cidadãos de nossa sociedade é preciso disseminar esse conceito em nossa educação infantil para que um momento bem próximo possa evidenciar de forma eficaz o que denominamos inclusão.

Referências

AQUINO, Julio Groppa. A indisciplina e a escola atual. Revista da Faculdade de Educação, v. 24, n. 2, p. 181-204, 1998.

ARROYO, Miquel. **Trabalho–educação e teoria pedagógica. Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**, v. 9, p. 138-165, 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. MEC/SEF, 1998.

CECCIM, Ricardo Burg. **Exclusão da alteridade: de uma nota de imprensa a uma nota sobre a deficiência mental.** Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial, v. 5, p. 15-36, 1997.

CERISARA, Ana Beatriz et al. **O referencial curricular nacional para a educação infantil no contexto das reformas.** Educação & Sociedade, v. 23, n. 80, p. 329-348, 2002.

CORACINI, Maria José RF. **Interação e sala de aula.** Calidoscópio, v. 3, n. 3, p. 199-208, 2005.

CORRÊA, Maria Helena Calazans. **A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular.** 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação escolar, a exclusão e seus destinatários.** Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 48, p. 205-222, 2008
DA SILVA, Aline Maira. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos.** Editora Ibpex, 2010.

DE SALAMANCA, Declaração. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Recuperado de http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394_por.pdf, 1994.

DUTRA, Claudia Pereira et al. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** 2007.

ENUMO, Sônia Regina Fiorim. **Avaliação assistida para crianças com necessidades educacionais especiais: um recurso auxiliar na inclusão escolar.** Rev. bras. educ. espec, v. 11, n. 3, p. 335-354, 2005.

FERREIRA DE ÁVILA, Camila; TACHIBANA, Miriam; AIELLO VAISBERG, Tânia Maria José. **Qual é o lugar do aluno com deficiência? O imaginário coletivo de professores sobre a inclusão escolar.** Paidéia, v. 18, n. 39, 2008.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar**. 7 Letras, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos pedagógicos da educação inclusiva. Caminhos pedagógicos da educação especial**. Petrópolis: Vozes, v. 83, n. 3322.3222, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O direito de ser, sendo diferente, na escola**. Revista CEJ, v. 8, n. 26, p. 36-44, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?**. Summus Editorial, 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2010.
MRECH, Leny Magalhães. **O que é educação inclusiva**. Revista Integração, n. 8, 1998.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Disponível em www.anped.org.br/reunioes/25/lucileidedomingosqueirozt13.rtf. Acesso em, v. 3, 2001.

ROCHA, Eucenir Fredini; LUIZ, Angélica; ZULIAN, Maria Aparecida Ramirez. **Reflexões sobre as possíveis contribuições da terapia ocupacional nos processos de inclusão escolar**. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 14, n. 2, p. 72-78, 2003.

RODRIGUES, David. **Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva**. Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, p. 299-318, 2006.

SANCHES TESSARO, Nilza et al. **Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais. Psicologia escolar e Educacional**, v. 9, n. 1, 2005.

SANCHES, Isabel; TEODORO, António. **Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos**. Revista Lusófona de educação, n. 8, 2006.

SILVA, Márcia Aparecida Marussi; GALUCH, Maria Terezinha Bellanda. **Interação entre crianças com e sem necessidades educacionais especiais: possibilidades de desenvolvimento**. InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS, v. 15, n. 30, 2016.

SILVA, Márcia Aparecida Marussi; GALUCH, Maria Terezinha Bellanda. **Interação entre crianças com e sem necessidades educacionais especiais: possibilidades de desenvolvimento**. InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS, v. 15, n. 30, 2016.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William; LOPES, Magda França. **Inclusão: um guia para educadores**. 1999.

TOLEDO, Elizabete Humai; MARTINS, João Batista. **A atuação do professor diante do processo de inclusão e as contribuições de Vygotsky**. In: IX Congresso Nacional de Educação-EDUCERE/III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia-ESBP-ABPp. 2009. p. 4127-4138.

VAN DER VEER, René; VALSINER, Jaan (Ed.). **The vygotsky reader**. Oxford: Blackwell, 1994.

VYGOTSKY, Lev Semenovich et al. **Pensamento e linguagem**. 2008.